

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

João Pedro Voit de Rezende

Os Impactos do Auxílio Emergencial na Inflação por Faixa de Renda no Brasil

Juiz de Fora

2025

João Pedro Voit de Rezende

Os Impactos do Auxílio Emergencial na Inflação por Faixa de Renda no Brasil

Monografia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Luiz Rotatori Corrêa

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rezende , João Pedro Voit de.
Os Impactos do Auxílio Emergencial na Inflação por Faixa de
Renda no Brasil / João Pedro Voit de Rezende . – 2025.
45 f.

Orientador: Wilson Luiz Rotatori Corrêa
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, 2025.

1. Auxílio Emergencial. 2. Inflação por Faixa de Renda. I. Corrêa,
Wilson Luiz Rotatori, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - FACECON - Depto. de Economia

Na data de 22/01/2026, na sala Pós 1 da Faculdade de Economia, a Banca Examinadora, composta pelos professores

- 1 - Wilson Luiz Rotatori Corrêa - orientador; e
- 2 - José Simão Filho

reuniu-se às 10:00 para avaliar a monografia do acadêmico João Pedro Voit de Rezende, intitulada: Os impactos do auxílio emergencial na inflação por faixa de renda no Brasil. Após a primeira avaliação, a banca resolveu sugerir alterações ao texto apresentado, conforme documento encaminhado para a discente. A banca, delegando ao orientador a observância das alterações propostas, resolveu APROVAR a referida monografia.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Simao Filho, Professor(a)**, em 23/01/2026, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Luiz Rotatori Correa, Professor(a)**, em 26/01/2026, às 07:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2836906** e o código CRC **3AD41FAC**.

RESUMO

Este trabalho investiga os impactos do Auxílio Emergencial sobre a inflação por faixa de renda no Brasil, considerando a heterogeneidade nos padrões de consumo entre os diferentes grupos socioeconômicos. A pesquisa utiliza dados mensais para o período de junho de 2007 a junho de 2025, com foco analítico entre 2020 e 2022, período de vigência do programa, a fim de contextualizar os efeitos antes, durante e após a pandemia de Covid-19. As variáveis macroeconômicas incluem inflação por faixa de renda, atividade econômica, taxa de câmbio, preços de commodities, dívida pública e transferências de renda. A estratégia empírica baseia-se em modelos de séries temporais estimados em primeira diferença, em virtude da ausência de testes formais de raiz unitária, com o objetivo de avaliar a relação entre o Auxílio Emergencial e a dinâmica inflacionária para diferentes estratos de renda. Os resultados indicam que os efeitos inflacionários variam entre as faixas de renda, com maior sensibilidade entre as populações de menor renda, mais expostas a bens essenciais. Entretanto, os achados devem ser interpretados com cautela devido a possíveis problemas de endogeneidade, não linearidade e limitações da especificação econométrica. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se o uso de modelos ARDL, bem como a investigação de mecanismos de endogeneidade e não linearidade na relação entre transferências de renda e inflação.

Palavras-chave: Auxílio Emergencial; inflação; faixas de renda; políticas públicas; séries temporais.

ABSTRACT

This study investigates the effects of Brazil's Emergency Aid program on inflation across income groups, considering the heterogeneity in consumption patterns among socioeconomic strata. Monthly data from June 2007 to June 2025 are used, with a primary focus on the period from 2020 to 2022, when the program was implemented, to contextualize pre- and post-pandemic dynamics. The empirical analysis includes inflation by income group, economic activity, exchange rate, commodity prices, public debt, and income transfers. Time series models estimated in first differences are employed, given the absence of formal unit root tests, to assess the relationship between Emergency Aid and inflation dynamics across income levels. The results suggest heterogeneous inflationary effects, with lower-income groups being more sensitive to price changes in essential goods. However, the findings should be interpreted with caution due to potential econometric issues such as endogeneity, nonlinearity, and model specification limitations. As a suggestion for future research, the use of ARDL models and further investigation of endogeneity and nonlinear dynamics is recommended.

Keywords: Emergency Aid; inflation; income groups; public policy; time series.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	11
3	METODOLOGIA.....	14
3.1	PERÍODO AMOSTRAL.....	14
3.2	BASE DE DADOS.....	15
3.3	MODELO DE REGRESSÃO E VARIÁVEIS.....	17
3.4	ESTIMAÇÃO DO MODELO.....	19
4	RESULTADOS.....	22
4.1	ANÁLISE DOS COEFICIENTES ESTIMADOS POR FAIXA DE RENDA.....	34
4.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS À LUZ DA HIPÓTESE CENTRAL.....	37
5	CONCLUSÃO.....	38
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A crise sanitária da COVID-19 gerou desafios econômicos significativos, entre os quais se destaca a evolução da inflação. A instabilidade econômica decorrente das restrições impostas para conter a propagação do vírus, aliada à redução da demanda por bens e serviços, gerou incertezas quanto ao comportamento dos preços no curto e no médio prazo.

Nesse contexto, a estabilidade econômica tornou-se um elemento importante para a análise da inflação durante a pandemia. A volatilidade dos preços foi influenciada por fatores como a queda da produção, a interrupção das cadeias de suprimentos, a oscilação da taxa de câmbio e mudanças nos padrões de consumo, o que trouxe desafios adicionais à formulação de políticas econômicas. Entre as políticas adotadas, o Auxílio Emergencial destacou-se como uma das principais iniciativas para mitigar os efeitos da crise, conforme discutido por Silva (2021).

O Auxílio Emergencial pode ter contribuído para a manutenção do consumo e da atividade econômica durante a crise sanitária, conforme apontado por Silva (2021). Contudo, estudos como os de Baccarin e Oliveira (2020) apontam preocupações quanto aos seus possíveis efeitos inflacionários, sobretudo para as populações de menor renda.

Lameiras e Carvalho (2020) determinam através de seus estudos metodológicos realizados no IPEA um total de seis faixas de renda para a população brasileira, que são elas: muito baixa, baixa, média-baixa, média, média-alta e alta. Essas faixas de renda são utilizadas como referência para análises e estudos socioeconômicos no Brasil e dividem a população em grupos com base na renda mensal familiar per capita, ou seja, a renda total da família dividida pelo número de pessoas que compõem essa família. Nesta monografia, faixas de renda baixa e muito baixa também serão tratadas como pobreza e extrema pobreza.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo investigar os impactos do Auxílio Emergencial na inflação por faixa de renda no Brasil. O objetivo central consiste em analisar tais impactos durante o período de vigência do programa, contribuindo para a compreensão de seus efeitos econômicos e sociais. Além disso, este trabalho busca fornecer subsídios relevantes para a avaliação das políticas públicas de proteção social e de seus efeitos sobre a economia e a sociedade como um todo. Dessa forma, ao apresentar evidências empíricas desagregadas por faixa de renda, pretende-se contribuir para o aprimoramento dessas políticas, auxiliando na formulação de medidas mais eficientes no combate à inflação e

na redução das desigualdades sociais, com uma alocação mais equitativa dos recursos públicos.

Ao contribuir para o debate público sobre os efeitos do Auxílio Emergencial na inflação brasileira, com a separação dos impactos por faixa de renda. Compreender os efeitos inflacionários associados ao Auxílio Emergencial mostra-se essencial para uma tomada de decisão mais precisa e para o aprimoramento de políticas públicas, tanto no contexto da pandemia quanto em futuras situações de crise econômica e social.

A análise parte do pressuposto de que a inflação não afeta a população de forma homogênea, uma vez que os diferentes grupos de renda apresentam padrões de consumo distintos. Assim, busca-se avaliar se as variações inflacionárias observadas no período foram diferenciadas entre as faixas de renda, com especial atenção às populações de renda baixa e muito baixa, que destina parcela significativa de seus rendimentos à aquisição de bens e serviços essenciais.

Para compreender adequadamente os impactos do Auxílio Emergencial na inflação, não somente se faz necessário isolar outras variáveis que também afetam a inflação, como é essencial considerar a distribuição dos efeitos entre diferentes faixas de renda. A heterogeneidade socioeconômica da população brasileira implica que os efeitos do programa podem variar substancialmente entre grupos de renda diferentes.

A análise desagregada por faixa de renda permite identificar padrões e tendências específicas e responder a perguntas importantes, tais como: quais grupos da população são mais afetados pelos efeitos inflacionários do Auxílio Emergencial? Existem diferenças significativas nos impactos por faixa de renda? Essas questões são relevantes para direcionar políticas públicas mais direcionadas e eficazes, evitando que conclusões generalistas e que não se aplicam de fato aos casos de maior prioridade sejam utilizadas como base teórica para tomada de decisões.

Para alcançar esse objetivo, o trabalho propõe a especificação de um modelo econométrico capaz de analisar a inflação de forma segmentada por faixa de renda, permitindo identificar os fatores que influenciam o comportamento dos preços enfrentados por cada grupo populacional. Em particular, investiga-se o impacto do Auxílio Emergencial por meio de variáveis representativas do programa, de modo a mensurar sua influência sobre a inflação em cada faixa de renda analisada. Além disso, são incorporados ao modelo fatores macroeconômicos relevantes, como variação cambial, preços de *commodities* (produtos

primários) e nível de atividade econômica, considerando que esses elementos também exerceram papel relevante na dinâmica inflacionária durante o período.

A relevância dessa investigação decorre da necessidade de compreender se, além das variações significativas nos preços observadas durante a vigência do Auxílio Emergencial, identificadas por Silva (2021), tais variações apresentaram comportamento diferenciado entre os grupos de renda. Ademais, ao analisar a trajetória da inflação ao longo do tempo, o estudo busca avaliar se os impactos inflacionários associados ao programa foram predominantemente temporários, reduzindo-se à medida que o Auxílio Emergencial se aproximava do fim, ou se apresentaram efeitos mais persistentes. Essa análise permite ampliar a compreensão dos efeitos distributivos da inflação em um contexto de forte expansão fiscal e de choques econômicos simultâneos.

Para tanto, o texto está organizado da seguinte maneira: após esta introdução, apresenta-se a revisão da literatura, na qual são discutidos os principais estudos sobre inflação, políticas de transferência de renda e desigualdade. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada, incluindo o período amostral, as bases de dados e o modelo econométrico utilizado. Posteriormente, são apresentados e analisados os resultados obtidos, e, por fim, são expostas as considerações finais, que sintetizam as principais conclusões e implicações do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo o Banco Mundial (2022), a pandemia de Covid-19 causou grandes impactos na economia mundial, e isso afetou a desigualdade existente não só entre países como entre indivíduos do mesmo país, conforme citado em seu relatório de desenvolvimento:

A pandemia de Covid-19 causou choques na economia mundial e desencadeou a maior crise econômica global em mais de um século. A crise levou a um aumento drástico na desigualdade entre os países e dentro de cada um deles. Dados preliminares indicam que a recuperação pós-crise será tão desigual quanto seus impactos econômicos iniciais, e que as economias emergentes e grupos economicamente desfavorecidos precisarão de muito mais tempo para recuperar as perdas de renda e de meios de subsistência induzidas pela pandemia (BANCO MUNDIAL, 2022, p.1).

Esse diagnóstico evidencia que a crise sanitária não apenas provocou uma recessão global, mas também aprofundou desigualdades estruturais, criando um ambiente no qual políticas públicas de caráter redistributivo tornaram-se essenciais.

Com o objetivo de mitigar os efeitos socioeconômicos negativos da crise, muitos governos implementaram programas de transferência de renda, como o Auxílio Emergencial, para fornecer assistência financeira direta às famílias afetadas. Os principais objetivos, em geral, eram fornecer condições básicas aos que foram diretamente afetados e conter a desigualdade social.

O Auxílio Emergencial foi uma iniciativa adotada pelo governo brasileiro em 2020 como parte de um pacote abrangente de medidas para combater a crise econômica decorrente da pandemia. O programa consistiu em transferências monetárias mensais para trabalhadores informais, autônomos, desempregados e outras categorias vulneráveis da população.

O Auxílio Emergencial teve um impacto significativo na economia brasileira. Segundo Sales (2023), apesar de ter contido um aumento significativo na desigualdade social no país, este acabou intensificando os impactos em trabalhadores informais. Segundo suas próprias palavras:

O benefício do auxílio emergencial apesar de ter se mostrado insuficiente para reduzir a desigualdade, serviu de apoio para evitar que esses impactos se tornassem ainda maiores. Tendo isso em vista, podemos inferir que, embora este programa tenha amenizado os impactos provindos da crise, dada a expressiva desigualdade de renda existente na economia brasileira, este acabou por intensificar os impactos sob trabalhadores informais que possuíam rendimentos acima do valor do benefício (SALES, 2023, p.19).

A análise de Sales (2023) sugere, portanto, que os efeitos do Auxílio Emergencial não foram homogêneos entre os diferentes grupos socioeconômicos, evidenciando limitações distributivas da política, especialmente no caso de trabalhadores informais com rendimentos superiores ao valor do benefício.

Ao fornecer um aumento substancial na renda das famílias de baixa renda, o programa contribuiu para a manutenção do consumo e da demanda agregada em um momento de restrições econômicas e incertezas.

O Estudo de Sales (2023) mostrou que o Auxílio Emergencial desempenhou importante papel na redução da pobreza e da desigualdade no país durante a crise. A renda adicional proporcionada pelo programa ajudou milhões de famílias a atenderem suas necessidades básicas e a manterem um mínimo de estabilidade financeira.

Do ponto de vista macroeconômico, esse efeito sobre o consumo, embora socialmente desejável, levanta questionamentos acerca de possíveis impactos inflacionários, especialmente em um contexto marcado por choques simultâneos de oferta e restrições produtivas.

No entanto, a implementação de programas de transferência de renda como o Auxílio Emergencial também gerou preocupações em relação aos possíveis efeitos inflacionários. A ideia subjacente é que o aumento da renda disponível das famílias beneficiárias pode levar a um aumento da demanda por bens e serviços, pressionando os preços para cima, porém não podem ser descartadas outras causas.

Baccarin e Oliveira (2020), por exemplo, ao avançarem na análise da inflação de alimentos, no Brasil, no período da pandemia, observaram que a origem do aumento de preços foi agropecuária, com a contribuição dos preços das carnes para tal aumento, e essa é uma possível consequência de uma pressão de demanda que foi gerada pelo surgimento do auxílio.

Os autores destacam que, embora a pressão de demanda associada ao Auxílio Emergencial possa ter contribuído para a elevação dos preços, fatores estruturais e externos, como a dinâmica do mercado internacional e a desvalorização cambial, desempenharam papel relevante no comportamento inflacionário observado.

Dessa forma, a literatura indica que os efeitos inflacionários observados durante a pandemia não podem ser atribuídos exclusivamente às políticas de transferência de renda, devendo ser analisados à luz da interação entre choques de oferta, expansão da demanda e características estruturais da economia brasileira.

Em síntese, os estudos revisados apontam que o Auxílio Emergencial foi fundamental para mitigar os impactos sociais da pandemia, ao sustentar a renda, o consumo e reduzir a pobreza no curto prazo, conforme evidenciado por Sales (2023) e pelo Banco Mundial (2022). Ao mesmo tempo, a literatura destaca que o período foi marcado por pressões inflacionárias relevantes, associadas tanto a choques de oferta quanto a possíveis efeitos de demanda, como indicado por Baccarin e Oliveira (2020). No entanto, observa-se que a maior parte dos trabalhos analisa esses efeitos de forma agregada, sem explorar de maneira sistemática como a inflação para diferentes faixas de renda foi afetada. Assim, permanece uma lacuna na literatura no que diz respeito à análise dos impactos inflacionários do Auxílio Emergencial sob uma perspectiva distributiva. É nesse espaço que o presente trabalho se insere, ao investigar empiricamente os efeitos do Auxílio Emergencial sobre a inflação por faixa de

renda no Brasil, contribuindo para o debate sobre os efeitos distributivos das políticas de transferência de renda.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, são detalhados os procedimentos metodológicos empregados para investigar os efeitos do Auxílio Emergencial sobre a inflação no Brasil, com ênfase nas distintas faixas de renda. Inicialmente, descreve-se o período amostral considerado, seguido da caracterização das bases de dados utilizadas, incluindo informações sobre sua abrangência temporal e cobertura regional. Em seguida, apresenta-se a especificação do modelo de regressão adotado, destacando as variáveis incluídas e a fundamentação teórica que orienta sua seleção. Por fim, expõe-se a estratégia de estimativa aplicada, com ênfase nos métodos utilizados para garantir a robustez dos resultados e a consistência das inferências, assegurando que os achados obtidos refletem de forma confiável as relações analisadas.

3.1 PERÍODO AMOSTRAL

A base de dados utilizada, contudo, abrange um período mais amplo, com informações históricas de junho de 2007 a junho de 2025. Essa ampliação temporal tem como propósito contextualizar o comportamento da inflação e das variáveis macroeconômicas antes e após o Auxílio Emergencial, possibilitando comparações de longo prazo e a identificação de mudanças estruturais na trajetória dos preços e da atividade econômica. Assim, ainda que o foco analítico permaneça entre 2020 e 2022, a presença de dados até 2025 permite avaliar os efeitos residuais e a normalização econômica após o encerramento do programa.

O período em que esteve em vigor o Auxílio Emergencial compreende os meses de abril de 2020 a outubro de 2021, política pública implementada pelo Governo Federal como resposta à crise econômica e social decorrente da pandemia da Covid-19. A partir de novembro de 2021, o programa foi substituído pelo Auxílio Brasil, mantendo a lógica de transferências de renda ao longo do período analisado. Esse recorte temporal foi escolhido por representar um momento de intensa intervenção estatal sobre a renda das famílias, sobretudo das camadas de menor poder aquisitivo, permitindo observar de forma mais precisa como a expansão das transferências de renda se relacionou com a dinâmica inflacionária por faixa de renda.

A escolha de abril de 2020 como ponto inicial do recorte principal justifica-se por ter sido o mês dos primeiros repasses do benefício, configurando um marco de inflexão na economia brasileira. O término em dezembro de 2022, por sua vez, corresponde ao encerramento do período analisado, já sob a vigência do Auxílio Brasil, permitindo capturar os desdobramentos das políticas de transferência de renda após o término do Auxílio Emergencial.

Essa delimitação temporal permite evidenciar o contraste entre o período anterior à pandemia, a fase de expansão fiscal durante a vigência do Auxílio Emergencial e a subsequente desaceleração observada até 2025. Dessa forma, o período amostral definido oferece uma perspectiva abrangente, permitindo examinar os efeitos diretos e indiretos do Auxílio Emergencial sobre a inflação por faixa de renda, bem como a evolução dos preços e da atividade econômica nos anos posteriores à sua implementação.

3.2 BASE DE DADOS

As variáveis utilizadas na análise da pesquisa foram obtidas dos sites www.ipeadata.gov.br e www.bcb.gov.br.

A principal fonte de dados utilizada neste trabalho é o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu repositório institucional (ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/07/250715_cc_68_nota_03.pdf).

Essa base contém séries mensais de inflação calculadas segundo seis categorias de renda familiar per capita, definidas metodologicamente por Lameiras e Carvalho (2020): renda muito baixa, correspondente a rendimentos inferiores a R\$ 2.202,02; renda baixa, com rendimentos entre R\$ 2.202,02 e R\$ 3.303,03; renda média-baixa, com rendimentos entre R\$ 3.303,03 e R\$ 5.505,06; renda média, com rendimentos entre R\$ 5.505,06 e R\$ 11.010,11; renda média-alta, com rendimentos entre R\$ 11.010,11 e R\$ 22.020,22; e renda alta, correspondente a rendimentos superiores a R\$ 22.020,22. Cada série refere-se à taxa de variação mensal de preços enfrentada por famílias pertencentes à respectiva faixa de renda, possibilitando análise desagregada da inflação de acordo com o nível socioeconômico.

Com relação ao total acumulado dos auxílios federais, os dados referentes aos programas Bolsa Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil foram obtidos a partir da base

de dados do Ministério da Cidadania, disponível no portal VIS Data (aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php), que reúne informações sobre valores pagos, beneficiários e períodos de vigência. De acordo com a legislação que regulamentou o Auxílio Emergencial, o programa foi instituído em abril de 2020 como resposta aos impactos econômicos da pandemia da Covid-19 e teve sua última parcela paga em outubro de 2021. Posteriormente, em novembro de 2021, foi criado o Auxílio Brasil, por meio da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, posteriormente convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, com o objetivo de substituir o Programa Bolsa Família. Durante parte do período analisado, houve, portanto, a coexistência de programas de transferência de renda, o que ampliou temporariamente o alcance da política social no país.

Embora o foco teórico deste trabalho seja o Auxílio Emergencial, a variável empírica utilizada captura o volume agregado de transferências federais, incluindo o Bolsa Família, o Auxílio Emergencial e, posteriormente, o Auxílio Brasil. Essa escolha decorre da continuidade institucional das políticas de transferência de renda ao longo do período analisado e da necessidade de representar de forma abrangente os choques de renda associados às políticas sociais no contexto da pandemia.

Dessa forma, o volume total de transferências observadas reflete tanto a continuidade das políticas de proteção social quanto a expansão emergencial da cobertura promovida pelo Auxílio Emergencial no contexto da crise sanitária e econômica.

Com relação às expectativas de inflação, os dados de câmbio e a dívida bruta do governo geral como proporção do PIB também foram retirados da base de dados do IPEA(<https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>), que disponibiliza séries históricas de todos os dados relativos à taxa de inflação acumulada de 12 meses, taxa de câmbio e dívida bruta que serão utilizados no presente trabalho.

O índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) (bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresselecionados) é medido e disponibilizado no site do Banco Central, permitindo um acompanhamento mais rápido da atividade econômica, nesse caso, hiato do produto será representado por essa medida de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br).

Por fim, o índice de *commodities* é divulgado mensalmente no site do Banco Central, e será utilizada a variação mensal anualizada no índice de preços das *commodities* (<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresselecionados>).

O quadro 1 apresenta a descrição das faixas de renda utilizadas para a construção dos índices de faixa de renda por domicílio, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2025, segundo o IPEA(ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/07/250715_cc_68_nota_03.pdf). As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda.

Quadro 1 – As faixas de renda no Brasil

Faixa de Renda	Renda Familiar
1- Renda muito baixa	Menor que R\$ 2.202,02
2- Renda baixa	Entre R\$ 2.202,02 e R\$ 3.303,03
3- Renda média-baixa	Entre R\$ 3.303,03 e R\$ 5.505,06
4- Renda média	Entre R\$ 5.505,06 e R\$ 11.010,11
5- Renda média-alta	Entre R\$ 11.010,11 e R\$ 22.020,22
6- Renda alta	Maior que R\$ 22.020,22

Fonte: Elaborada pelo autor com base na tabela do IPEA (2025).

3.3 MODELO DE REGRESSÃO E VARIÁVEIS

O presente estudo busca analisar como o Auxílio Emergencial influenciou a inflação de diferentes grupos de renda no Brasil, destacando as particularidades do consumo de cada segmento da população. Ao injetar recursos diretamente nos domicílios, o programa ampliou a capacidade de compra das famílias, principalmente daquelas em situação de maior vulnerabilidade. Esse aumento de demanda, concentrado em bens e serviços essenciais, pode ter provocado pressões inflacionárias distintas em comparação às famílias de rendas mais altas, cujo padrão de consumo é mais diversificado.

Para captar essas diferenças, utilizam-se os índices de preços por faixa de renda elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esses indicadores partem da lógica de que a inflação não é homogênea para toda a população, uma vez que cada estrato de renda direciona sua renda para categorias de consumo distintas. Dessa forma, um mesmo movimento nos preços pode impactar de forma desigual famílias pobres e ricas.

A metodologia de cálculo desses índices segue a tradição dos modelos de ponderação de consumo (https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/171116_cc_37_nt_inflacao_por_faixa_de_renda.pdf) , em que cada item da cesta de bens recebe um peso proporcional à sua importância nos gastos familiares. Tais ponderações são atualizadas ao longo do tempo, de modo que itens que apresentam elevação de preços acima da média passam a ter maior influência no índice, enquanto aqueles que registram variações inferiores têm seu peso reduzido. Essa abordagem torna os índices mais sensíveis às mudanças no custo de vida real enfrentados pelos diferentes grupos sociais.

Dentro desse enquadramento, as faixas de renda são estruturadas em seis grupos, indo desde domicílios de baixa renda a famílias de alta renda. As primeiras concentram-se em despesas básicas, como alimentação e transporte, o que as torna mais vulneráveis a oscilações de preços em *commodities* agrícolas ou variações cambiais. Já as faixas superiores destinam parte significativa da renda a serviços e bens menos voláteis, o que tende a suavizar os efeitos inflacionários.

Essa segmentação metodológica, ao ser aplicada ao contexto do Auxílio Emergencial, permite investigar não apenas o impacto agregado do programa sobre a inflação, mas, sobretudo, suas consequências distributivas. Em outras palavras, busca-se compreender se o benefício reduziu ou ampliou as desigualdades inflacionárias entre as diferentes faixas de renda, considerando as transformações no padrão de consumo decorrentes do aumento temporário da renda disponível.

O modelo empírico segue a formulação proposta em Silva (2021) com alteração pontual no dado referente à taxa de inflação, pois esta agora será substituída pela inflação por faixa de renda especificada, podendo ser representado da seguinte forma:

$$\pi_t = \beta_1 \pi_{t-1} + \alpha_1 E_t \pi_{t+1} + \gamma_1 z_{t-1} + \delta_1 a_{t-1} + \zeta_1 b_{t-1} + \theta_1 x_{t-1} + \lambda_1 y_{t-1} + \varepsilon_t \quad (1)$$

Onde:

π_t = Taxa de inflação por faixa de renda

π_{t-1} = termo retrospectivo (*backward-looking*) (inflação por faixa de renda em t-1)

π_{t+1} = termo prospectivo (*forward-looking*) (expectativa de inflação)

z_{t-1} = proxy para hiato do produto em t-1

a_{t-1} = auxílio emergencial em t-1

b_{t-1} = preço de commodities em t-1

x_{t-1} = taxa de câmbio em t-1

y_{t-1} = dívida bruta sobre PIB em t-1

Desta forma, com base neste modelo serão realizadas seis estimativas, substituindo o termo π_t de acordo com a faixa de renda em análise, seguindo o modelo do IPEA especificado no quadro 1.

3.4 ESTIMAÇÃO DO MODELO

A metodologia empregada nesta pesquisa sobre os efeitos do Auxílio Emergencial na inflação, segmentada por faixa de renda no Brasil, tem como base o estudo conduzido por Silva (2021). Nesse estudo, foram analisados os impactos do Auxílio Emergencial na dinâmica da inflação brasileira, juntamente com os preços das *commodities*. No entanto, para alcançar resultados mais específicos e direcionados à avaliação das diferenças nos impactos por diferentes faixas de renda, o presente trabalho realiza adaptações na estratégia empírica, estimando separadamente o modelo para cada faixa de renda definida pelo IPEA, totalizando seis estimativas distintas.

Os modelos econométricos foram estimados por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), utilizando séries temporais mensais, conforme a especificação apresentada na Seção 3.3. A escolha do MQO decorre de sua ampla utilização na literatura macroeconômica para a análise da dinâmica inflacionária, bem como da natureza das variáveis explicativas incluídas no modelo. Foram realizados testes diagnósticos para verificação de autocorrelação serial e heterocedasticidade dos resíduos, sendo adotadas correções robustas quando necessário.

A estimativa por MQO pode ser afetada por problemas de endogeneidade. Especificamente: (i) a variável de transferências de renda (TXAE) pode ser endógena, pois o

valor do Auxílio Emergencial foi ajustado em resposta à inflação e às condições econômicas; (ii) as expectativas de inflação (IPCA) respondem à inflação corrente; (iii) o hiato do produto (IBC-Br) pode ser determinado simultaneamente com a inflação. Embora o uso de defasagens atenuem parte desses problemas, a causalidade reversa permanece uma limitação.

No modelo estimado, a inclusão de termos defasados da inflação permite capturar o componente de inércia inflacionária, enquanto o termo *forward looking* (prospectivo), representado pelas expectativas de inflação, incorpora o comportamento antecipatório dos agentes econômicos.

Embora testes formais de raiz unitária não tenham sido apresentados neste trabalho, optou-se pela utilização das variáveis em primeira diferença, estratégia amplamente empregada na literatura para mitigar problemas de não estacionariedade em séries temporais. A especificação linear pode não capturar relações mais complexas. Por exemplo, o efeito do Auxílio Emergencial sobre a inflação pode ser não linear: pequenos aumentos nas transferências podem não afetar preços, mas um choque fiscal de grande magnitude (como em 2020) pode desencadear pressões inflacionárias. Além disso, a resposta da inflação a choques cambiais ou de commodities pode variar entre períodos de alta e baixa inflação, o que não é capturado pelo modelo linear.

Do ponto de vista teórico, espera-se que a taxa de câmbio apresenta relação positiva com a inflação, uma vez que uma depreciação cambial tende a elevar os preços de bens importados e de insumos utilizados na produção doméstica. De forma semelhante, aumentos nos preços das *commodities* são esperados exercer pressão inflacionária, especialmente sobre alimentos e energia, itens com peso elevado nas cestas de consumo das famílias de menor renda.

A variável de atividade econômica, utilizada como proxy do hiato do produto, também tende a apresentar relação positiva com a inflação, refletindo pressões de demanda em períodos de maior nível de atividade. Com relação à dívida bruta do Governo Geral como proporção do PIB, espera-se que níveis mais elevados estejam associados a maiores expectativas inflacionárias, na medida em que podem afetar a percepção de sustentabilidade fiscal.

Por fim, a variável associada ao Auxílio Emergencial é incluída com o objetivo de captar possíveis efeitos de demanda decorrentes da expansão das transferências de renda, sendo esperado que seus impactos sobre a inflação sejam heterogêneos entre as faixas de

renda, com maior intensidade potencial sobre os grupos de renda baixa e muito baixa, que destina parcela significativa de seus rendimentos ao consumo de bens essenciais.

Dessa forma, a estratégia empírica adotada permite avaliar não apenas a significância estatística das variáveis explicativas, mas também as diferenças nos mecanismos de transmissão da inflação entre as diversas faixas de renda, contribuindo para uma compreensão mais detalhada dos efeitos distributivos do Auxílio Emergencial.

Ainda assim, os resultados devem ser interpretados com cautela, considerando as limitações associadas à especificação do modelo, à possibilidade de endogeneidade entre as variáveis e à hipótese de linearidade assumida na estimação.

A linguagem R foi utilizada para implementação do modelo, fazendo uso dos pacotes:

- **readxl**: WICKHAM, H.; BRYAN, J. *readxl*: Leitura de arquivos Excel. Versão 1.4.2. 2023. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=readxl>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- **writexl**: O'BRIEN, J. *writexl*: Exportação de Data Frames para ‘xlsx’ (Excel). Versão 1.4.0. 2021. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=writexl>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- **forecast**: HYNDMAN, R. J.; KHANDAKAR, Y. Automatic Time Series Forecasting: The Forecast Package for R. *Journal of Statistical Software*, v. 27, n. 3, p. 1-22, 2008. Disponível em: <https://www.jstatsoft.org/article/view/v027i03>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- **tseries**: TRAPLETTI, A.; HORNIK, K. *tseries*: Time Series Analysis and Computational Finance. Versão 0.10-54. 2023. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=tseries>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- **TSA**: ZEILEIS, A.; HOTHORN, T. Diagnostic Checking in Regression Relationships. *R News*, v. 2, n. 3, p. 7-10, 2002. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=TSA>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- **vars**: CHAN, K. Econometric Computing with HC and HAC Covariance Matrix Estimators. *Journal of Statistical Software*, v. 11, n. 10, p. 1-17, 2004. Disponível em: <https://www.jstatsoft.org/article/view/v011i10>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- **ggplot2**: WICKHAM, H. *ggplot2*: Elegant Graphics for Data Analysis. New York: Springer-Verlag, 2016. ISBN 978-3-319-24277-4. Disponível em: <https://ggplot2.tidyverse.org>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- **urca**: WICKHAM, H.; GIRLICH, M. *tidyr*: Tidy Messy Data. Versão 1.3.0. 2023. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=tidyr>. Acesso em: 15 jul. 2025.

- timesseries: FOX, J.; WEISBERG, S. An R Companion to Applied Regression. 3. ed. Sage, 2019. Disponível em: <https://socialsciences.mcmaster.ca/jfox/Books/Companion/>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- stargazer: GHALANOS, A. rugarch: Univariate GARCH Models. Versão 1.4-9. 2022. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=rugarch>. Acesso em: 15 jul. 2025.

4 RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados da inflação acumulada por faixas de renda no Brasil, com base nas séries mensais disponibilizadas pelo IPEA para o período de 2007 a 2025. A evolução temporal das séries permite identificar diferenças relevantes no comportamento inflacionário entre os grupos socioeconômicos.

De modo geral, observa-se que a inflação acumulada apresenta movimentos cíclicos semelhantes entre as diferentes faixas de renda, refletindo choques macroeconômicos comuns à economia brasileira. No entanto, a magnitude dessas variações e os níveis acumulados diferem de forma sistemática entre os grupos analisados.

As faixas de renda muito baixa e baixa apresentam, ao longo de todo o período, os maiores níveis de inflação acumulada e maior volatilidade. Esses grupos registram picos inflacionários mais elevados, especialmente em períodos de instabilidade econômica, em razão da maior participação de bens essenciais, como alimentos e energia, em suas cestas de consumo.

As faixas de renda média-baixa e média exibem comportamento intermediário. Embora acompanhem os ciclos inflacionários gerais, apresentam níveis acumulados inferiores aos observados nas faixas de menor renda e menor amplitude das oscilações.

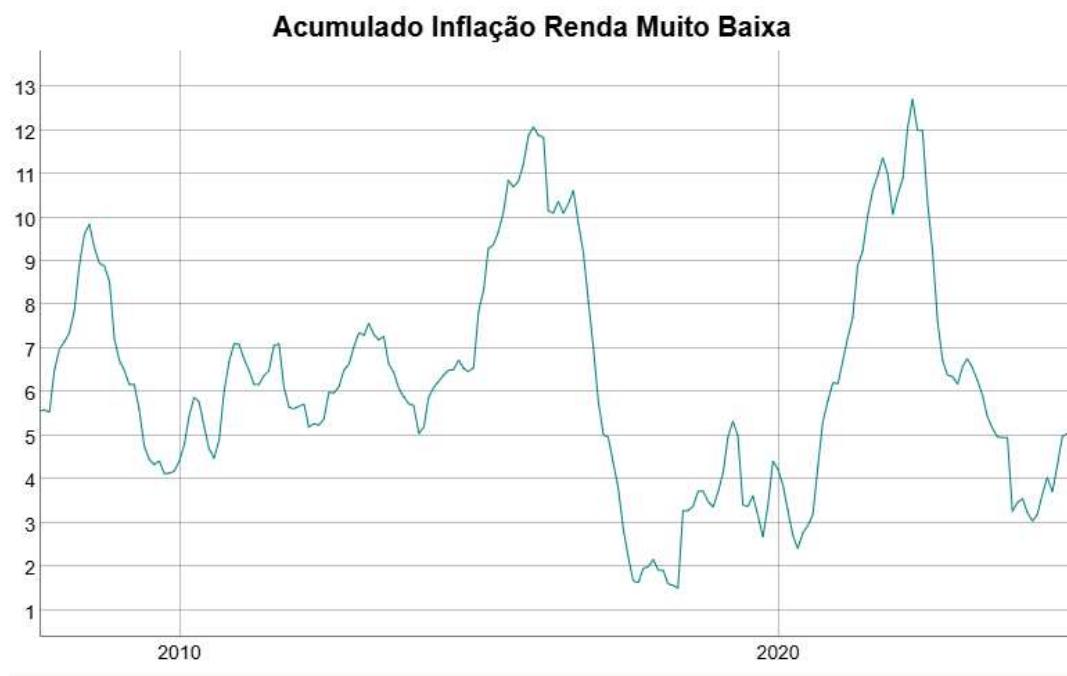
Por sua vez, as faixas de renda média-alta e alta demonstram maior estabilidade relativa ao longo do período analisado. A inflação acumulada nesses grupos tende a apresentar menor volatilidade e níveis mais baixos na maior parte da amostra, refletindo diferenças na composição da cesta de consumo e maior diversificação dos gastos.

Em termos temporais, destacam-se três movimentos comuns a todas as faixas de renda: uma aceleração inflacionária entre 2014 e 2016; uma desaceleração significativa entre 2017 e 2019; e uma nova elevação entre 2020 e 2022, seguida de tendência de redução gradual a partir de 2023. Apesar desses padrões compartilhados, os níveis e a intensidade das variações diferem de forma persistente entre os grupos.

Essas diferenças observadas ao longo da evolução das séries justificam a estimativa de modelos econométricos desagregados por faixa de renda, apresentada na sequência.

Renda Muito Baixa:

Figura 1 - Acumulado Inflação: População com Renda Muito Baixa



Fonte: Elaboração própria

A inflação acumulada para a população de renda muito baixa apresenta oscilações marcantes ao longo de todo o período analisado, refletindo a sensibilidade desse grupo a choques de preços em itens essenciais. Entre 2014 e 2016, observa-se um pico expressivo, com o indicador ultrapassando 12%, impulsionado principalmente pela elevação dos preços de alimentos e energia, que possuem maior peso na cesta de consumo dessa faixa de renda.

Após esse período, a inflação mostra forte desaceleração, atingindo níveis próximos de 2% em 2018, em um contexto de atividade econômica fraca e retração do consumo. Contudo, entre 2020 e 2022, ocorre uma nova aceleração acentuada, coincidente com a pandemia da Covid-19, a disruptão das cadeias de suprimentos e o encarecimento dos alimentos, fatores que voltaram a pressionar de forma desproporcional os gastos das famílias de menor renda.

Nos anos subsequentes (2023 a 2025), percebe-se uma tendência de queda gradual, mas o nível de preços permanece superior ao observado no período pré-pandemia, sugerindo

persistência inflacionária entre os bens de consumo básico. Esse comportamento evidencia a vulnerabilidade inflacionária estrutural desse grupo, fortemente influenciada por choques de oferta e pela maior dependência de produtos alimentares e serviços essenciais.

Renda Baixa:

Figura 2 - Acumulado Inflação: População com Renda Baixa



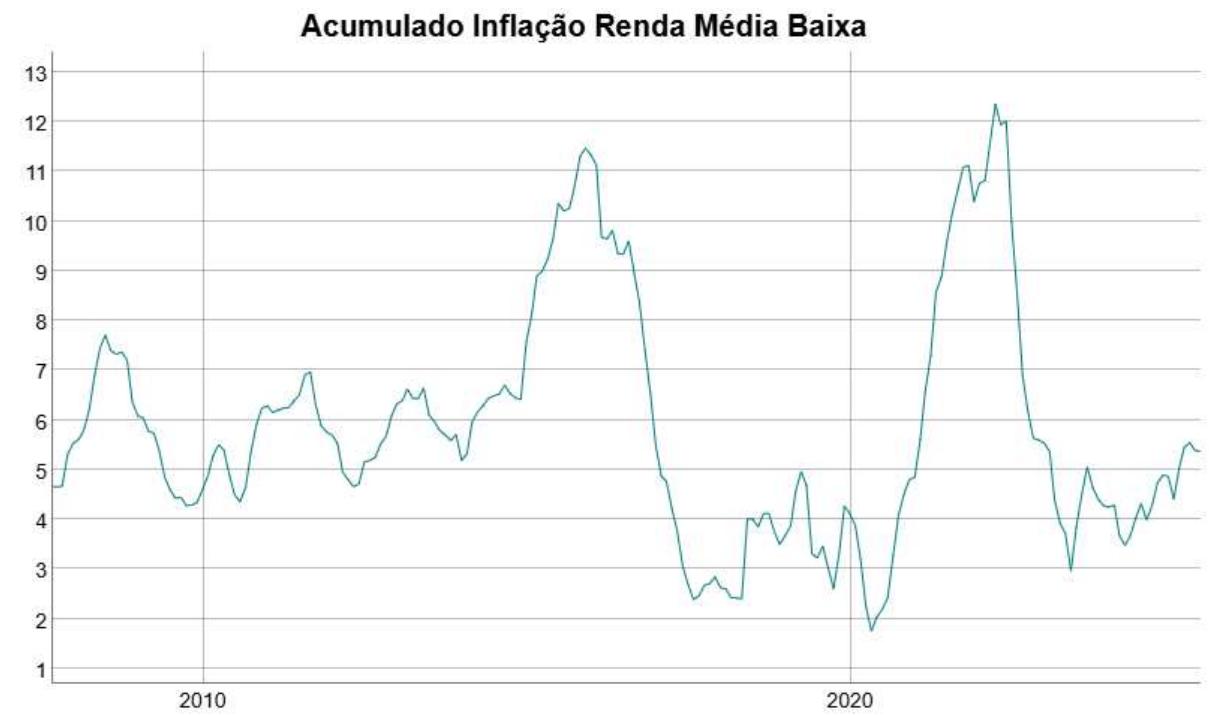
Fonte: Elaboração própria

Entre as famílias de renda baixa, o comportamento inflacionário segue padrão semelhante ao do grupo de renda muito baixa. O período de 2014 a 2016 também marca o ponto mais elevado, com a inflação próxima de 11%, refletindo o aumento dos custos com alimentação e transporte. Após 2017, há redução acentuada, atingindo o piso de cerca de 2% em 2018.

Com a chegada da pandemia, entre 2020 e 2022, o índice volta a subir rapidamente, atingindo novamente patamares superiores a 10%, impulsionado pela alta de alimentos e combustíveis. A partir de 2023, nota-se uma tendência de desaceleração, embora a inflação permaneça em níveis historicamente elevados, revelando a persistência de pressões de custo sobre os bens de primeira necessidade.

Renda Média Baixa:

Figura 3 - Acumulado Inflação: População com Renda Média Baixa



Fonte: Elaboração própria

A faixa de renda média baixa também apresenta trajetória inflacionária cíclica, com picos em momentos de crise e recuperação posterior. Entre 2014 e 2016, observa-se o primeiro grande aumento, com inflação acumulada próxima de 11%, seguido de forte desaceleração até 2018, quando o indicador atinge o menor patamar da série.

No triênio 2020–2022, a inflação volta a se elevar de forma significativa, impulsionada pela pressão de preços de alimentos e combustíveis, além dos efeitos de recomposição da demanda após o início do Auxílio Emergencial. Após 2023, a taxa acumulada demonstra estabilização gradual, oscilando entre 5% e 6%, indicando retomada parcial da estabilidade de preços.

Renda Média:

Figura 4 - Acumulado Inflação: População com Renda Média



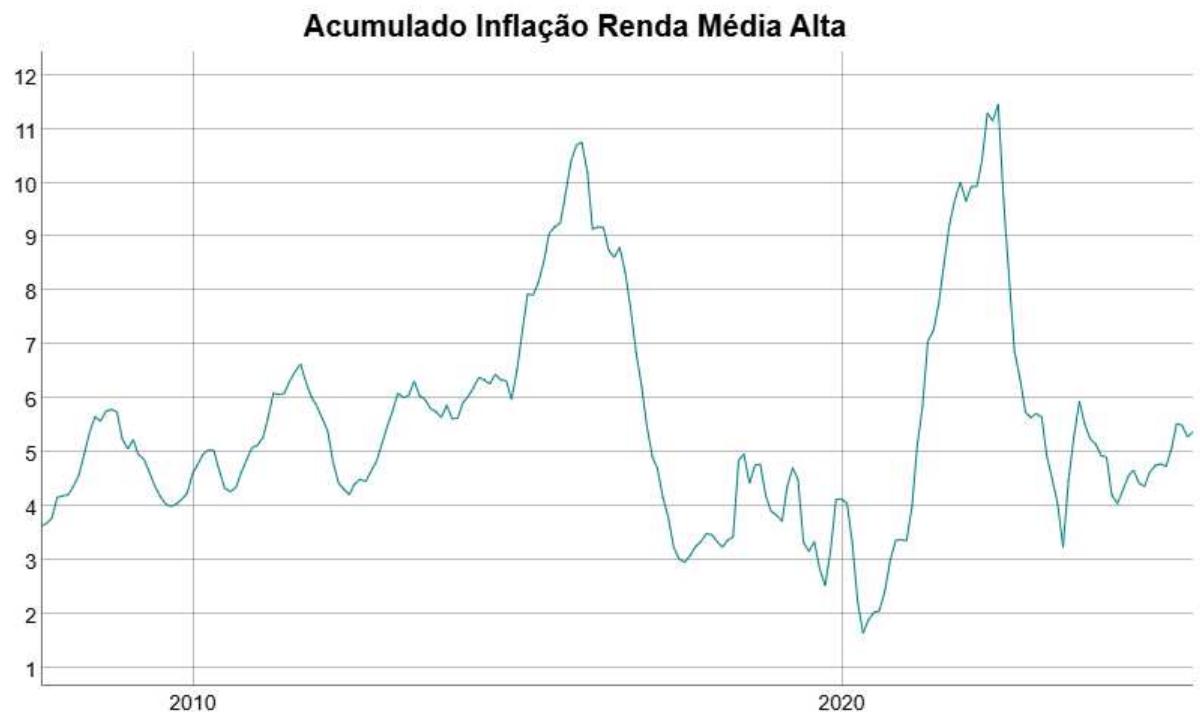
Fonte: Elaboração própria

A inflação acumulada entre as famílias de renda média apresenta oscilações ao longo do período analisado, acompanhando a tendência geral observada nas demais faixas de renda. A inspeção dos gráficos indica que essas oscilações ocorrem com menor intensidade aparente quando comparadas às faixas de renda mais baixas, especialmente nos períodos de aceleração inflacionária. O primeiro pico ocorreu em 2015–2016, com o índice próximo de 10%, seguido de queda expressiva até 2018, refletindo o cenário de desaceleração econômica e controle da demanda agregada.

Durante 2020–2022, a inflação volta a acelerar, atingindo novamente níveis superiores a 10%, impulsionada pelo aumento dos custos de energia, combustíveis e serviços. A partir de 2023, observa-se uma redução progressiva, com estabilização em torno de 5%, sinalizando normalização gradual da inflação pós-pandemia.

Renda Média Alta:

Figura 5 - Acumulado Inflação: População com Renda Média Alta



Fonte: Elaboração própria

Entre as famílias de renda média alta, o comportamento inflacionário se caracteriza por oscilações de menor intensidade, com picos mais contidos e períodos prolongados de estabilidade. O índice atingiu o máximo em 2015–2016, superando ligeiramente 10%, antes de cair para cerca de 3% em 2018.

Com a pandemia, há reacceleração da inflação em 2020–2022, embora em menor magnitude que nas faixas de renda mais baixas, refletindo a menor participação de alimentos e bens essenciais na cesta de consumo. Após 2023, o indicador se mantém entre 5% e 6%, revelando estabilização de preços e maior resiliência ao choque inflacionário.

Renda Alta:

Figura 6 - Acumulado Inflação: População com Renda Alta



Fonte: Elaboração própria

A inflação acumulada para a população de renda alta apresenta o perfil mais estável entre todas as faixas analisadas, ainda que com picos em períodos de crise. O gráfico evidencia um aumento gradual entre 2013 e 2016, quando o índice ultrapassa 9%, seguido de uma forte queda até 2018, atingindo valores próximos de 3%.

Durante o triênio 2020–2022, há nova aceleração, chegando a 11–12%, impulsionada por bens duráveis, serviços e variação cambial, mas a retomada da estabilidade ocorre de forma mais rápida após 2023. Até 2025, o indicador mantém-se em torno de 5%, refletindo maior capacidade de absorção de choques de preços e menor dependência de bens essenciais no padrão de consumo desse grupo.

Figura 7 - Taxa de Variação dos Auxílios Federais



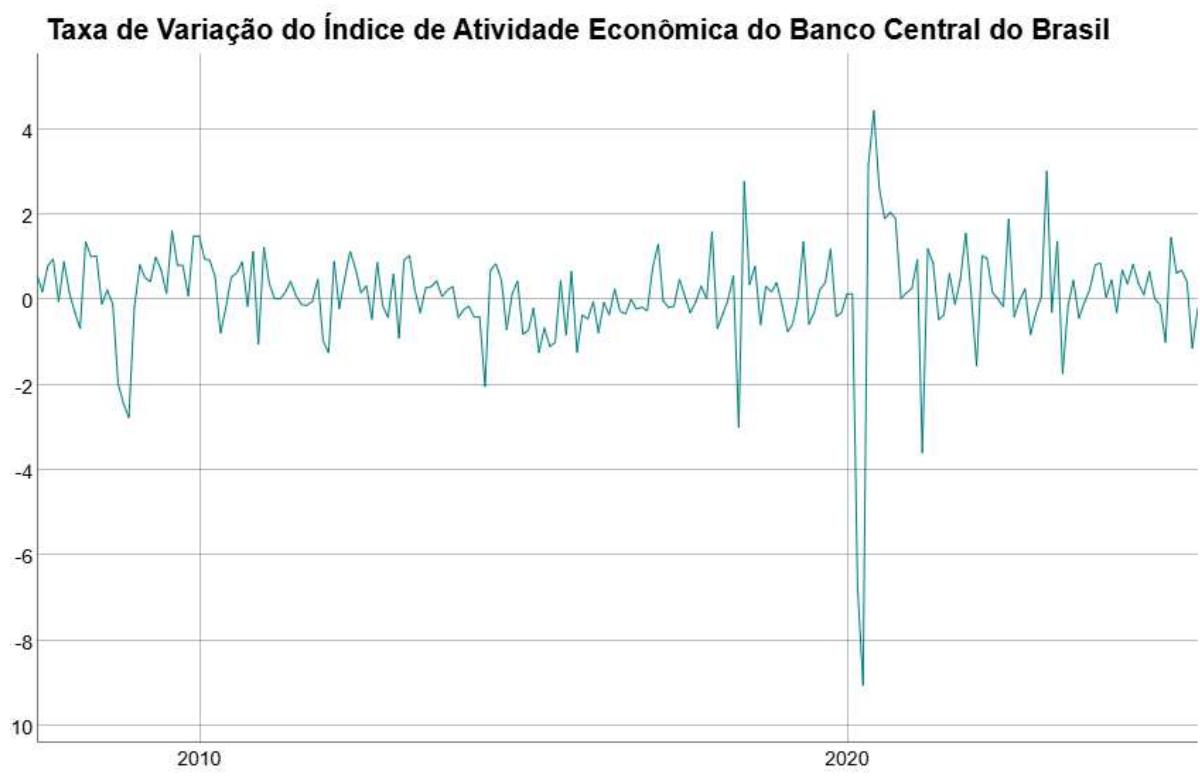
Fonte: Elaboração própria

A taxa de variação dos auxílios federais apresenta um comportamento relativamente estável durante quase todo o período analisado, com oscilações mensais de baixa magnitude até 2019. A partir de 2020, entretanto, observa-se uma ruptura estrutural marcada por um aumento abrupto, associado à implementação do Auxílio Emergencial durante a pandemia de COVID-19. Esse movimento gera um pico excepcional — superior a 500% — que reflete a expansão rápida e sem precedentes do volume de recursos destinados às famílias.

Logo após esse salto, a série passa a exibir oscilações intensas, incluindo variações negativas expressivas, que correspondem à redução ou suspensão temporária dos pagamentos à medida que os programas emergenciais foram sendo ajustados ou encerrados. Esses movimentos bruscos indicam a forte sensibilidade da série à dinâmica das políticas públicas de transferência de renda no período pós-pandemia.

A partir de 2022, a taxa de variação retorna gradualmente a níveis próximos de zero, retomando um padrão de estabilidade semelhante ao observado no período pré-pandemia. Esse comportamento sugere a normalização dos valores transferidos e a consolidação de uma trajetória mais previsível dos auxílios federais, após o choque extraordinário de 2020.

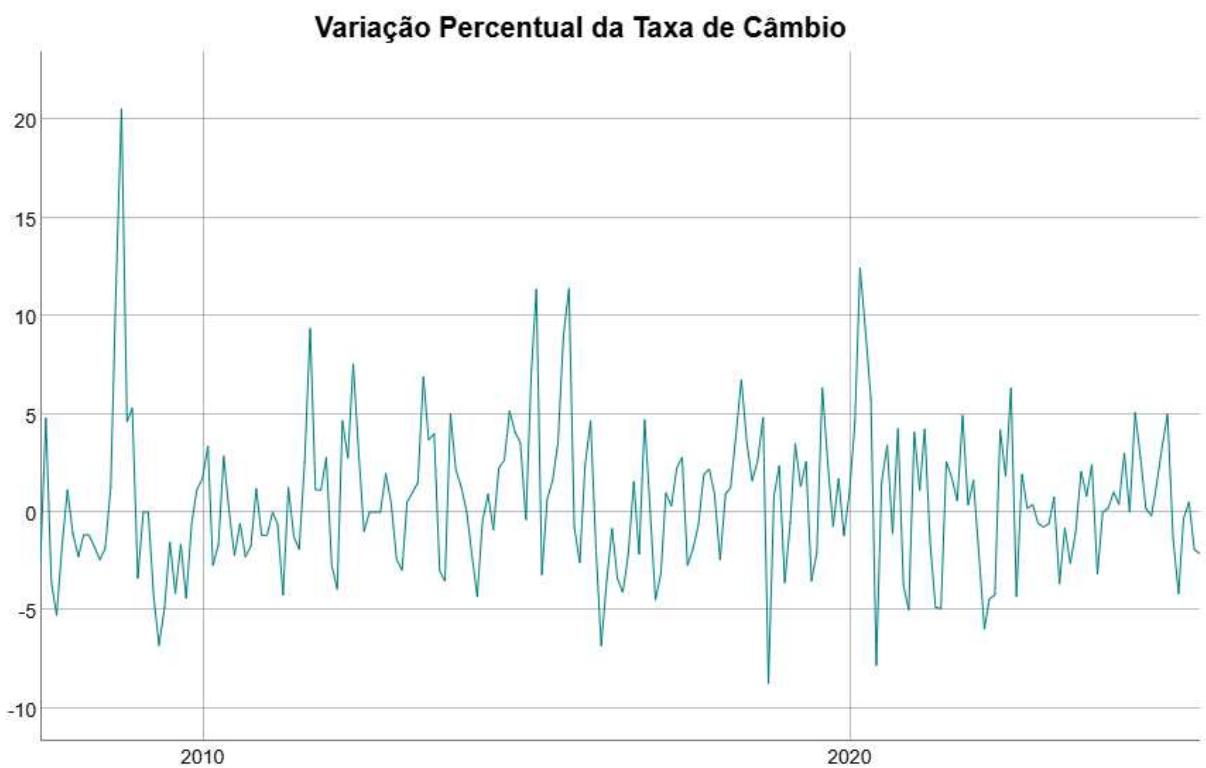
Figura 8 - Taxa de Variação do Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil



Fonte: Elaboração própria

O índice de atividade econômica, analisado pela sua taxa de variação mensal, manteve entre 2010 e 2014 oscilações leves em torno de zero, indicando estabilidade relativa no período. A partir de 2014, observa-se maior volatilidade e quedas mais acentuadas até 2016, seguidas por uma recuperação modesta e marcada por flutuações até 2020. Durante a pandemia (2020–2022), a série registrou a retração mais intensa de todo o período, acompanhada de recuperação parcial, refletindo os efeitos da crise e das políticas de suporte, como o Auxílio Emergencial.

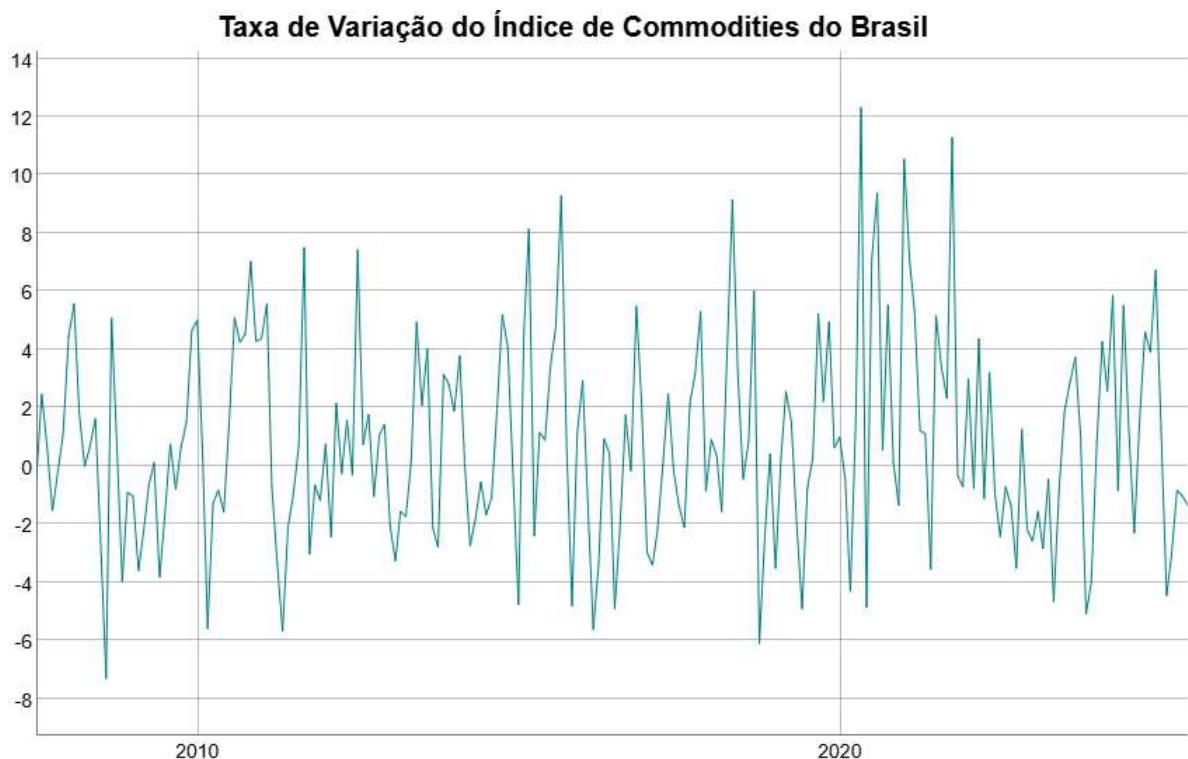
Figura 9 - Variação Percentual da Taxa de Câmbio



Fonte: Elaboração própria

A variação percentual da taxa de câmbio apresenta oscilações significativas ao longo do período, com episódios de forte valorização e desvalorização do real. Observa-se volatilidade elevada em alguns momentos, especialmente antes de 2010 e novamente em anos recentes, quando ocorrem movimentos mensais mais abruptos. Durante a pandemia, as flutuações tornam-se ainda mais intensas, refletindo o aumento da incerteza econômica. Essas oscilações podem ter pressionado os preços de bens importados e de *commodities*, afetando com maior intensidade as famílias de menor renda.

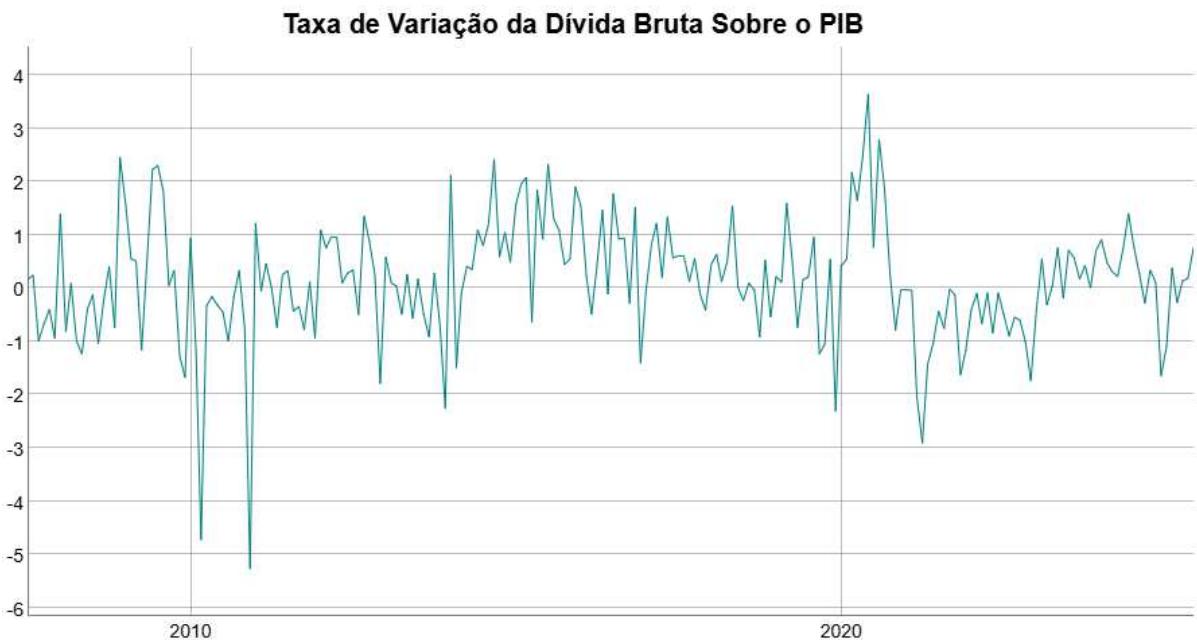
Figura 10 - Taxa de Variação do Índice de Commodities do Brasil



Fonte: Elaboração própria

O índice de *commodities*, quando analisado pela sua variação percentual mensal, apresenta flutuações intensas ao longo de todo o período, com movimentos frequentes de alta e baixa. Entre 2010 e 2019, predominam oscilações moderadas, embora com episódios de variações mais acentuadas, indicando sensibilidade aos choques do mercado internacional. A partir de 2020, observam-se movimentos ainda mais amplos, com picos superiores a 10% em alguns meses, refletindo o aumento da volatilidade global no período pós-pandemia. Essas oscilações podem ter contribuído para pressões inflacionárias, sobretudo entre as famílias de menor renda, mais expostas às variações dos preços de alimentos e energia.

Figura 11 - Taxa de Variação da Dívida Bruta Sobre o PIB



Fonte: Elaboração própria

A variação da dívida bruta em relação ao PIB apresenta pequenas oscilações mensais ao longo de grande parte do período, indicando relativa estabilidade no ritmo de crescimento do indicador até meados da década de 2010. A partir de 2020, observam-se movimentos mais acentuados, com aumentos expressivos em diversos meses, refletindo os efeitos fiscais associados às medidas emergenciais adotadas durante a pandemia. Essas elevações podem ter implicações indiretas sobre a dinâmica inflacionária, especialmente por meio do aumento das necessidades de financiamento do setor público.

Figura 12 - Variação da Expectativa do IPCA



Fonte: Elaboração própria

As expectativas para o IPCA oscilaram entre 4% e 6,5% entre 2010 e 2015, com picos em 2015–2016. Após uma queda até cerca de 3,5% em 2017–2019, houve uma recuperação a partir de 2020, atingindo novamente níveis acima de 6,5% em 2021–2022. Esse aumento nas expectativas de inflação pode estar associado ao impacto do Auxílio Emergencial na demanda e a choques externos, como variação cambial e preços de *commodities*.

Esses resultados sugerem que o Auxílio Emergencial, ao injetar recursos significativos na economia, pode ter contribuído para pressões inflacionárias, especialmente em um contexto de atividade econômica instável, alta de *commodities* e desvalorização cambial.

4.1 ANÁLISE DOS COEFICIENTES ESTIMADOS POR FAIXA DE RENDA

Após a estimativa do modelo econométrico especificado na equação (1) para cada uma das seis faixas de renda definidas pelo IPEA, obtiveram-se os coeficientes apresentados no Quadro 2. As estimativas foram realizadas por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com correção robusta para heterocedasticidade e autocorrelação, utilizando dados mensais de junho de 2007 a junho de 2025.

Quadro 2 – Coeficientes estimados do modelo de inflação por faixa de renda

Variáveis	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média baixa	Renda média	Renda média alta	Renda alta
Intercepto	-0.1153 (0.1947)	-0.0408 (0.1780)	-0.0584 (0.1704)	-0.1006 (0.1602)	-0.1631 (0.1461)	-0.1971 (0.1417)
ARMTB (-1)	0.9594*** (0.0197)	—	—	—	—	—
ARB (-1)	—	0.9644*** (0.0193)	—	—	—	—
ARMB (-1)	—	—	0.9602*** (0.0192)	—	—	—
ARM (-1)	—	—	—	0.9552*** (0.0192)	—	—
ARMA (-1)	—	—	—	—	0.9441*** (0.0197)	—
ARA (-1)	—	—	—	—	—	0.9402*** (0.0201)
Expectativa do IPCA	0.0718 (0.0512)	0.0493 (0.0478)	0.0575 (0.0458)	0.0709 (0.0433)	0.0954* (0.0403)	0.1089** (0.0397)
Variação Percentual da Taxa de Câmbio (-1)	-0.0320** (0.0119)	-0.0329** (0.0108)	-0.0349*** (0.0104)	-0.0337*** (0.0098)	-0.0317*** (0.0090)	-0.0287** (0.0088)
Taxa de Variação da Dívida Bruta sobre o PIB (-1)	0.0140 (0.0330)	0.0125 (0.0298)	0.0008 (0.0287)	-0.0056 (0.0270)	-0.0131 (0.0248)	-0.0285 (0.0244)
Taxa de Variação do IBC-Br (-1)	0.0512*** (0.0123)	0.0533*** (0.0111)	0.0569*** (0.0107)	0.0573*** (0.0101)	0.0536*** (0.0093)	0.0509*** (0.0092)
Taxa de Variação do Índice de Commodities (-1)	-0.0026 (0.0363)	-0.0222 (0.0329)	-0.0260 (0.0317)	-0.0320 (0.0299)	-0.0299 (0.0275)	-0.0326 (0.0268)
Taxa de Variação dos Auxílios Federais (-1)	-0.0006 (0.0012)	-0.0012 (0.0011)	-0.0015 (0.0010)	-0.0017. (0.0010)	-0.0015. (0.0009)	-0.0019* (0.0009)
R²	0.958	0.962	0.962	0.962	0.962	0.961
Significância	****, 0,1% **, 1% *, 5% ., 10%					
ARMTB (-1)	Inflação acumulada da Renda Muito Baixa (defasada 1 período)					
ARB (-1)	Inflação acumulada da Renda Baixa (defasada 1 período)					
ARMB (-1)	Inflação acumulada da Renda Média Baixa (defasada 1 período)					
ARM (-1)	Inflação acumulada da Renda Média (defasada 1 período)					
ARMA (-1)	Inflação acumulada da Renda Média Alta (defasada 1 período)					
ARA (-1)	Inflação acumulada da Renda Alta (defasada 1 período)					

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA e BCB.

Os resultados apresentados no Quadro 2 indicam que a dinâmica da inflação por faixa de renda no Brasil é fortemente marcada pela inércia inflacionária, evidenciada pela elevada magnitude e alta significância estatística dos coeficientes associados à inflação defasada em todas as faixas de renda. Os valores estimados, próximos a 1, sugerem um elevado grau de persistência inflacionária ao longo do período analisado, com ligeira redução dessa persistência à medida que se avança para as faixas de renda mais elevadas.

Observa-se que a expectativa de inflação (IPCA) apresenta coeficientes positivos em todas as especificações, sendo estatisticamente significativa apenas nas faixas de renda média-alta e alta. Esse resultado sugere que os mecanismos de formação de expectativas desempenham papel mais relevante na determinação da inflação enfrentada por grupos de renda mais elevada, possivelmente em razão de maior acesso à informação e maior capacidade de antecipação dos movimentos macroeconômicos.

A taxa de variação da taxa de câmbio defasada mostra-se estatisticamente significativa e com sinal negativo em todas as faixas de renda, indicando que apreciações cambiais estão associadas à redução da inflação por faixa de renda no período analisado. Embora o sinal negativo contraste com a relação teórica tradicional, esse resultado pode refletir efeitos de curto prazo associados à dinâmica dos preços administrados, à composição das cestas de consumo e à interação com outras variáveis macroeconômicas incluídas no modelo.

A variável de atividade econômica (IBC-Br) apresenta coeficientes positivos e estatisticamente significativos em todas as faixas de renda, confirmando a presença de pressões inflacionárias associadas ao aquecimento da atividade econômica. Esse efeito mostra-se relativamente homogêneo entre os grupos, sugerindo que choques de demanda agregada afetam de forma semelhante a inflação enfrentada pelas diferentes faixas de renda.

No que se refere ao índice de *commodities* e à variação da dívida bruta do governo geral, os coeficientes estimados não se mostram estatisticamente significativos na maioria das especificações, indicando que seus efeitos sobre a inflação por faixa de renda são indiretos ou absorvidos por outras variáveis do modelo no período analisado.

Por fim, a variável associada à taxa de variação dos auxílios federais (TXAE) apresenta coeficientes negativos em todas as faixas de renda, sendo estatisticamente significativa apenas para a faixa de renda alta. Esse resultado sugere que, de forma geral, o Auxílio Emergencial não exerceu pressão inflacionária direta e estatisticamente robusta sobre a inflação por faixa de renda, contrariando parcialmente a hipótese de um efeito inflacionário mais intenso sobre os grupos de menor renda. Tal evidência indica que os impactos

inflacionários observados durante o período podem estar mais fortemente associados a fatores macroeconômicos estruturais e choques de oferta do que diretamente à expansão das transferências de renda.

4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS À LUZ DA HIPÓTESE CENTRAL

Os resultados empíricos apresentados no Quadro 2 permitem avaliar a hipótese central deste trabalho de que os efeitos inflacionários do Auxílio Emergencial teriam sido diferenciados entre as faixas de renda. Diferentemente do esperado inicialmente, os coeficientes associados à taxa de variação dos auxílios federais não se mostram estatisticamente significativos para as faixas de renda muito baixa, baixa, média-baixa, média e média-alta, indicando que não há evidência robusta de que o programa tenha exercido pressão inflacionária direta sobre esses grupos.

Apenas na faixa de renda alta observa-se um coeficiente estatisticamente significativo, ainda que de pequena magnitude, sugerindo que o efeito do Auxílio Emergencial sobre a inflação não se concentrou nos grupos mais vulneráveis, mas apresentou impacto limitado e pontual entre os estratos de maior renda. Esse resultado pode estar relacionado a efeitos indiretos sobre padrões de consumo mais diversificados ou a interações com outras variáveis macroeconômicas não plenamente capturadas pelo modelo.

Os diagnósticos de autocorrelação serial apresentados no Quadro 3 (Teste de Breusch–Godfrey) indicam rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelação em todas as faixas de renda, dado que os p-valores são inferiores a 1%. A presença de autocorrelação sugere que a dinâmica temporal da inflação é complexa e pode envolver fatores adicionais não explicitamente incluídos na especificação, o que justifica a adoção de correções robustas nos erros-padrão e a interpretação cautelosa dos resultados.

Quadro 3– Teste de Breusch-Godfrey

Faixa de Renda	Estatística LM	GL	p-valor
Renda Muito Baixa	66,728	12	1,305e-09
Renda Baixa	73,885	12	5,966e-11
Renda Média Baixa	72,453	12	1,110e-10
Renda Média	72,792	12	9,587e-11
Renda Média Alta	67,273	12	1,033e-09
Renda Alta	61,231	12	1,345e-08
Nota	O teste de Breusch-Godfrey avalia a hipótese nula (H_0) de ausência de autocorrelação serial dos resíduos até a 12ª defasagem. Valores de p muito baixos indicam rejeição da hipótese nula, sugerindo a presença de autocorrelação serial nos resíduos.		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA e BCB.

Apesar desse diagnóstico, a consistência dos sinais, a elevada significância dos termos de inércia inflacionária e os elevados valores do coeficiente de determinação (R^2 superiores a 0,95 em todas as estimativas) conferem robustez qualitativa aos resultados. Em conjunto, os achados sugerem que a inflação por faixa de renda no período analisado foi predominantemente explicada por mecanismos de persistência inflacionária, variações da atividade econômica e dinâmica cambial, enquanto o papel do Auxílio Emergencial como fator inflacionário direto mostrou-se limitado.

Os resultados indicam que, embora o Auxílio Emergencial tenha sido uma política de elevada magnitude fiscal, seus efeitos inflacionários diretos não se concentraram de forma estatisticamente significativa sobre as faixas de renda mais baixas, sugerindo que as pressões inflacionárias observadas no período decorreram majoritariamente de choques macroeconômicos amplos e estruturais associados à pandemia.

5 Conclusão

O estudo analisou os impactos do Auxílio Emergencial na inflação por faixa de renda no Brasil, utilizando dados desagregados do IPEA e variáveis macroeconômicas de junho de 2007 a junho de 2025. O objetivo central foi testar a hipótese de que os efeitos inflacionários do programa teriam sido heterogêneos, com maior intensidade sobre as faixas de renda mais baixas.

Os resultados da análise econométrica, apresentados no Quadro 2, revelam que a dinâmica da inflação por faixa de renda no período estudado foi predominantemente

explicada por fatores de persistência inflacionária (inércia), pelo nível de atividade econômica e pela variação cambial. O coeficiente associado à inflação defasada mostrou-se elevado e altamente significativo em todas as faixas, indicando um papel crucial da inércia. A atividade econômica (IBC-Br) também se mostrou um fator inflacionário relevante e de efeito similar entre os diferentes grupos de renda.

Os coeficientes estimados, considerando as limitações metodológicas adotadas para a Taxa de Variação dos Auxílios Federais (TXAE) não apresentaram significância estatística robusta para a maioria das faixas de renda muito baixa, baixa, média-baixa, média e média-alta. Apenas na faixa de renda alta o coeficiente apresentou significância estatística, ainda que com magnitude reduzida e sinal negativo. Considerando as limitações metodológicas discutidas (endogeneidade, linearidade), os resultados indicam que, dentro do modelo especificado, não há evidência robusta de que o Auxílio Emergencial tenha exercido pressão inflacionária direta e diferenciada sobre os estratos de menor renda. Essa conclusão, no entanto, deve ser interpretada com cautela devido aos problemas de endogeneidade e autocorrelação identificados.

Os resultados sugerem, considerando as ressalvas metodológicas, que as pressões inflacionárias observadas no período de vigência do Auxílio Emergencial (2020-2022) estiveram mais fortemente associadas a fatores macroeconômicos amplos — como a elevada inércia dos preços, o choque de oferta global decorrente da pandemia, a dinâmica da atividade econômica e as variações cambiais — do que a um efeito direto e generalizado da expansão das transferências de renda sobre a demanda agregada.

Do ponto de vista da política econômica, os resultados ressaltam a importância de considerar a elevada inércia inflacionária e os choques de oferta externos como elementos centrais para compreender a trajetória dos preços no Brasil durante crises. Isso não diminui a relevância social do Auxílio Emergencial, amplamente documentada na literatura, mas sugere que seus potenciais efeitos macroeconômicos inflacionários, se existentes, foram ofuscados ou canalizados por mecanismos mais estruturais da economia.

Este estudo apresenta limitações metodológicas que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A especificação por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) não permite tratar formalmente potenciais problemas de endogeneidade, que podem surgir da relação simultânea entre inflação, atividade econômica e transferências de renda. Adicionalmente, o modelo assume linearidade nas relações entre as variáveis, não captando possíveis efeitos não lineares ou de limiar que podem se manifestar em contextos de choques

econômicos intensos. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a adoção de metodologias econométricas mais sofisticadas, como modelos *Autoregressive Distributed Lag* (ARDL), que permitam analisar de forma mais adequada às dinâmicas de curto e longo prazo, bem como o uso de variáveis instrumentais para lidar com potenciais problemas de endogeneidade e a incorporação de especificações não lineares. Essas abordagens podem contribuir para uma compreensão mais robusta dos mecanismos de transmissão entre transferências de renda, composição do consumo e formação de preços setoriais.

REFERÊNCIAS

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de. **Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021002, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661127. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Capítulo 1. Os impactos econômicos da crise da Covid-19.** Washington, DC: World Bank, 2022. BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-1-introduction-the-economic-impacts-of-the-covid-19-crisis#:~:text=A%20crise%20gerou%20impactos%20dram%C3%A1ticos,os%20pa%C3%ADses%20e%20dentro%20deles.>>. Acesso em 20 Jun 2023.

CARDOSO, Débora Freire; DOMINGUES, Edson; MAGALHÃES, Aline; SIMONATO, Thiago; MIYAJIMA, Diego. **Pandemia de COVID-19 e Famílias: Impactos da Crise e da Renda Básica Emergencial.** Políticas Sociais: acompanhamento e análise, BPS, n. 28, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10820/1/BPS_28_nps2_pandemia_covid19_familias.pdf>. Acesso em 05 Abr 2023.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro.** 2021. Carta de Conjuntura Número 50 - Nota da Conjuntura 2 - 1º Trimestre de 2021, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/os-efeitos-da-pandemia-sobre-os-rendimentos-do-trabalho-e-o-impacto-do-auxilio-emergencial-os-resultados-dos-microdados-da-pnad-covid-19-de-novembro/>>. Acesso em 22 Mar 2023.

CONSULTA, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – CECAD. **Série histórica do Programa Bolsa Família.** Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=6&nome_estado=&id=18>. Acesso em 05 Abr 2023.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Indicador ipea de inflação por faixa de renda: Atualização dos vetores de peso.** 2020. Carta de Conjuntura

Número 47 - 2º Trimestre de 2020, 2020. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/200616_inflacao.pdf>. Acesso em 25 Mar 2023.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de; JÚNIOR, José Ronaldo de Castro Souza. **Inflação por Faixa de Renda.** Carta de Conjuntura Número 37 - 4º Trimestre de 2017, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/171116_cc_37_nt_inflacao_por_faixa_de_renda.pdf>. Acesso em 25 Mar 2023.

MENDONÇA, Helder Ferreira de; TRIGO, Natália Ferreira. **The effect of imported inflation and central bank credibility on the poor and rich. 2022.** Universidade Federal Fluminense - Departamento de Economia e CNPQ, 2022. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2022/submissao/files_I/i4-8ca8fdcc84c33cf2f1a94ad190740942.pdf>. Acesso em 05 Abr 2023.

PROGRAMA Auxílio Brasil - quantidade de famílias e valores do Auxílio Brasil. **SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO - SAGICAD.** Disponível em: <[https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[oNohlMHqwJOsuqSe9Wp%2BhrNe09Gv17llja1%2BYW15YmqqdH9%2BaV%2BEkmWXbWTZ8X5kc3xwoNqlwLNyocnWmKV4mb7nwJl3g6iv5lzDf2lfiJyZy6mmwrazlai7mnW0n666qpKSsnKbfqlbTrH1rcYoprO6eiMKporycbtCen9DgiG%2BvvaJd9Fqwr6qSd9ibz6tTnfF%2BZm55c2qZrbWzpU3J0KjYoVuFu8NlbH9qdLOnwrucn8DEXJl9qY6tf2Voel5a3qXAs1ebzM2fiqKhwZzKb6Kpoa3edLOvo6C8nG7Qnp%2FQ4Ihvr72itr%2BauhHkmcDCpo2DlMo%2B%2BqClqahayXqPbqXw%2BtBT3bKmzeC7p527WJDapbzAV4HG1ZTWXYXC666nr6mZqZmdvG54os8k4Nam0n29v5Wvsafdu567s53wBMSc2V2gICsxnatop5%2Fcinq%2B3m5x30ZjWnqZ94a6h%2F%2FWho9qsbbKmTZjWqy3qn8bqbXauqaij5bW9iQ%3D%3D](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[oNohlMHqwJOsuqSe9Wp%2BhrNe09Gv17llja1%2BYW15YmqqdH9%2BaV%2BEkmWXbWTZ8X5kc3xwoNqlwLNyocnWmKV4mb7nwJl3g6iv5lzDf2lfiJyZy6mmwrazlai7mnW0n666qpKSsnKbfqlbTrH1rcYoprO6eiMKporycbtCen9DgiG%2BvvaJd9Fqwr6qSd9ibz6tTnfF%2BZm55c2qZrbWzpU3J0KjYoVuFu8NlbH9qdLOnwrucn8DEXJl9qY6tf2Voel5a3qXAs1ebzM2fiqKhwZzKb6Kpoa3edLOvo6C8nG7Qnp%2FQ4Ihvr72itr%2BauhHkmcDCpo2DlMo%2B%2BqClqahayXqPbqXw%2BtBT3bKmzeC7p527WJDapbzAV4HG1ZTWXYXC666nr6mZqZmdvG54os8k4Nam0n29v5Wvsafdu567s53wBMSc2V2gICsxnatop5%2Fcinq%2B3m5x30ZjWnqZ94a6h%2F%2FWho9qsbbKmTZjWqy3qn8bqbXauqaij5bW9iQ%3D%3D)>. Acesso em 05 Abr 2023.

SAIBA quais são as principais dúvidas dos cidadãos sobre o Auxílio Emergencial. **Serviços e Informações do Brasil, 2020.** Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/04/auxilio-emergencial-covid-19#:~:text=Pré-requisitos%3A,%20até%20três%20Salários%20Mínimos>>. Acesso em 25 Mar 2023.

SALES, Dyelle Carla Vilela. **Impactos do auxílio emergencial sobre a renda no Brasil em 2020.** 2023. 24 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5405/6/MONOGRAFIA_ImpactosAuxilioEmergencial.pdf>. Acesso em 05 Abr 2023.

SILVA, Adriana Gomes da. **Efeitos do auxílio emergencial e dos preços de commodities: sobre a dinâmica da inflação brasileira.** 2021. 49 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Economia de Empresas) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2879>>. Acesso em 05 Abr 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Auxílio Brasil — painel/consulta (VIS/Data).** Disponível em: [aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]](http://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[])=oNOhlMHqwJOsuqSe9Wp%2BhrNe09Gv17llja1%2BYW15YmqqdH9%2BaWCEkWWXbWTZ8X5kc3xwoNqlwLNyocnWmKV4mb7nwJl3g6iv5lzDf2lfJyZy6mmwrazlai7mnW0n666qpKSnKbfqlbTrH1rcYoprO6eiMKporycbtCen9DgiG%2BvvaJd9Fqwr6qSd9ibz6tTnfF%2BZm55c2qZrbWzpU3J0KjYoVuFu8NlbH9qdLOnwrucn8DEXJl9qY6tf2Voel5a3qXAs1ebzM2fiqKhwZzKb6Kpoa3edLOvo6C8nG7Qnp%2FQ4Ihvr72itr%2BauhHkmcDCpo2DlMo%2B%2BqClqahayXqPbpyad9GU0Z6gwunBo1%2Belqboq22ipqG4zVO8oqO%2B7sCVoLdVnuhZjsOv8ATNnNlddc%2Fcwj2oa4ub5ai%2FbomSx8Km3Z6XzJu69%2BWsnqmZq7KxnI%2FAxaKKrZj3MBUoqmi%2FSaltq%2BqTbvQU6uyqyAouZ2raHes2qy2urOdkt2v5m9jj6x6ZW11ZWvNaX2IZ12RkWPEeA%3D%3D. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família — painel/consulta (VIS/Data).** Disponível em: [aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]](http://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[])=r6JtZJCug7BtxKW25rV%2FfmdhhJFkl21kmK19ZnF1ZXomaX7KmZO20qfOnJm%2B6IianbSon7SfrqqkpKcmcuppsK2iKextVi1mpyuwZxNzsmY2F1zyuDAk522pHa2YH9%2BaV6EkmOXbWSEm8GcobZVetufrL%2BrkbbHlNddmMnuslSqvaGmmZ67sliqkseU1rCYmOGuoK%2BtcHXfmrnBnGiS1KjXYK5%2B3q6noWisot6nbY6kkrsAlNiscZqif2Rue2JqrGZ9f15Ny8mY2F1zv%2BGspbCslKDapm2zo6C8gaHfqZ994LuYXcVwoNqlwLNyk7jNps94bsPcuaehg3Ct7qZwyViQuNSYirSbwultdKmtqJnap7yKdFSJkWWbamSNqH1IY2ipot6nbY6Zk7bXn4qin9DgbaKxtKFa3qexb7RovcKf3aJuw9y5p6GDcKDapcCzcmjK1qCNuFTA3MCZXL%2Bdn%2BdZjbucoLbCodl7cIStfWZvdWVtpml

%2BdVehv8ahin2Vw9rDoFytoa3eWbvDo5l3xqHOXrCY4a6gr61woNqlwLNyaL3Cn92ibpjwqFfw1ad2qyybq6VvM9TqqqY0NquoquEcmGraX9%2FZF6HjmObZFPR47KiXHCYm%2ByebcWfksWBc8yjks7vsZOiqaJ4qVnBtpybd9Oi36uXhbuvmpu%2BoXSzp8K7nJ%2FAxGKqn5m87MGYm66Wp6Vrdm6cmcrGU9iyn8mbsqKgcVWF5ayybqWiw81Tz6uXfviImp20qJ%2B0n666qpKSsnJnLqabCtoinsbVYtZqcrsGcTc7JmNhdc8rgwJOdtqR4tmB%2FfmlghJFml21khJvBnKG2VWLcmsCzV6S%2FxqGKfamPsYFnenhVruGeu26pnMzPl5J9lcPaw6B2gqOv5p6%2Ft5pcl9dloHFmia12VKG0qJ%2BZp8K6o028z5eTXZjJ7rJUqr2hppmeu7JYqpLHNawmJjhrqCvrXB135q5wZxoktSo1715vugQ4aixlq2Ze7K8nPAXJwt3qXG3MBXgqmi%2FSaltq%2BqTaejeYpllNE%2B9lSLvalpq2l%2Ff2BQncKgLeqfxtzAVIyKe1qhmm2%2BmJ%2FLyqWKoZh9yK6ma3plbKxicKSYmcbTU9yio77uwJWgt1X9GaxttJiaGg6f056mfcuPelxwlq484m2drKGGk2OcblyA0a6gq7pVrN6prsGqjrvQUy3dpn3hrqH%2F9aGj2qxtnnlzd4mUiq2Uz%2B%2B2plysmlrGmr99aV2JlFyNk5TJ6r9UoLdVfN6nsrT62rrKooqq9gbftqNccJauPOJtnayhhpNjnG5cgNGuoKu6VZ7oWY%2BzpZK9JODNpqJ96BDdoLGkWqGabb6Yn8vKpYqhmH3IrqZremVsrGLJvnKp091lmm1miqt%2BYWx5iWqpc31%2BeV2Hu24%3D. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata — **Renda domiciliar per capita por faixas (códigos 30011 a 30016)**. Disponível em: ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata — **IPCA (código 2096727562)**. Disponível em: ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata — **Taxa de variação cambial (código 32098)**. Disponível em: ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 10 out. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Série temporal — **Variação da dívida bruta** (código 13762). Disponível em: bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint. Acesso em: 10 out. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **IBC-Br — Índice de Atividade Econômica (Indicadores Selecionados)**. Disponível em: bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresselecionados. Acesso em: 10 out. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **IC-Br — Índice de Commodities Brasil (código 27574).** Disponível em: bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Faixas de renda no Brasil — Carta de Conjuntura n.º 68, Nota de Conjuntura 03.** Disponível em: ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/07/250715_cc_68_nota_03.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Auxílio Emergencial — painel/consulta (VIS/Data).** Disponível em: [aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]](http://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[])=oNOTlcPavaarrLFrqm3Jf7Od086vnG11jah9aG14ZnWraX9%2BZF6JjmObuamVtIBvoqmhrd50wcCskpKcmcupsK2iKextViwsXKBiaufzMZu3q%2BowraImp20qJ%2B0dMDDpFDNmWygeJm%2B58CZd7ynr950iLSYmcrGbqWwqMqew2x1f3Cg2qXAs3KhydaYpXiZvufAmXeDqK%2FmXMOGcGWS1aXfom7R7cKZd4Obm%2BWssolyoMzOVuB2Y422s5Wou5p17avCs3JovcKf3aJumO7CoV%2B%2BbmqqdLOvo6C8nKfcspiYtrOVqLuadbSswrtao5CRZaWxpdLgiKiuvZp1tJ%2BuuqqSkpym36pW2Jywla%2BtVbHhnrtud6OPmmaobVO%2B6bFUfL5tc613fW6rlbzPU5J9qZW0gW52tqqn3qu2sWZtzZlsnWZTwufAmVy2qqblWbK8m07UnJnLqabCtrOVqLuadbSfrqqkpKcpt%2BqVticsJWvrVWx4Z67bnejj5prqG1TvumxVHy%2BbXOwd31uq5W8z1OSoJTQ73V0soBucpmawG6losTGpdOgXIy7w2x1f15a3qXAs1ebzM2fiqKhwZzKb6Kpoa3edLOvo6C8nG7Qnp%2FQ4Ihvr72iXfRasK%2BqknfYm8%2BrU53xhmRuhmVa2qexbnejkJFkqG1T0eOyolxwmJvsrXWOrWaHk1PLsFPL8LqZrrGYY6h5w4dnXoCBmNawmH3pwqCoaJqo3VrKiZ2Ow9SYpaOUye6yb3eulqbsnoiJqqLE3YfZsZTJm7GZXK6WpzzmubeYoHfDmNiimcbetvfdup6b7FmxvVd9madTkrCYypuOeVytVX%2FxrbK8qvD60FPOrFOewHZXkqmhgetZwb2rjsOB18tdmcntZVcrJpa6Zq0r6SSxdWiiqGifcuPelxwmZvsWbOvpPAEzZzLsFPQ4LpUfY1Vn5l%2BxcKcm8ok1tldl8ybjnlla4mp7Zq5bpuSd9GY3bCivu5tlqG2mqDinLYR2J%2FAwqaKoaJ9vMKspbSeqZl%2BurOplLzPltOen32jjnlla4mp7Zq5bpuSd8eU1wDgyeSup1yqmqjen7axoPD405zLsFPB6m11scCepuKobZOkksnImNignL7nbVx9jV5dz5q5valNy9Cny6lTwdxxtmqu0nZuZnbxueKLPJDWpqJ9wLqZrq%2BaqNyirrpXVZimXI2RotHcuVSgrVWq3qzAvZigd8OY2KKZxt629926npvsWbGvV3LP1ZjYsPYA6m2Yq2h2r%2FGiubemTZzOmNykmMvetpWoaF1%2F8a2yvKr w%2BtBTq4JcgM%2B8qJ20VZ7eWbOvpPAEzZzLsFO%2F4LuZorGYozzav7eYoHfFIqCq9Hgu6f%2F66Ra3Zptj6ylwM2c2V14yuC%2Fm6G2mKPapW12fKXLxqHdANbMm455ZWuLm%2BWov26rnMvCn4qhIH3hvKCkqVWe2lmyxquSxdT2DaxTweptdbHA%2BOflorxufJq

805rPq5bG3LlUZI2trt6nwBHanHeieJNgib7nvKZctfjj3aK8bpuOd8ei1qWUfd%2ByVKypnJv
mnrvCpk3G05fTq%2Fb%2B7baVXKykWruoucGYTZ3CoC3qn8bccIqdtKSsmaYQ95uWxo
GXy12ZzOe1IVysmlrpmrSvpJLF1aKKoaJ9vMKs%2F%2FWho%2BhZkrucn77Goc2mlMmb
dXWBcViQ2qW8wFeaGgqX06xTwdxtmqu0nZuZnbJup46%2BwqDPq6fMm7GVXK2trt6n
wBHanHfFoop%2BqNU%2B%2BqClt1V%2F5p6%2FtZybusqU111bovPBmaq7%2BN3oW
Y6TYKnHnK%2FmuWWNrX1hbHxiaqqNfX5xXYebY5qXbo%2Brf2RpeWdnqWqhfmndnh5
Ftmm2N. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2021.